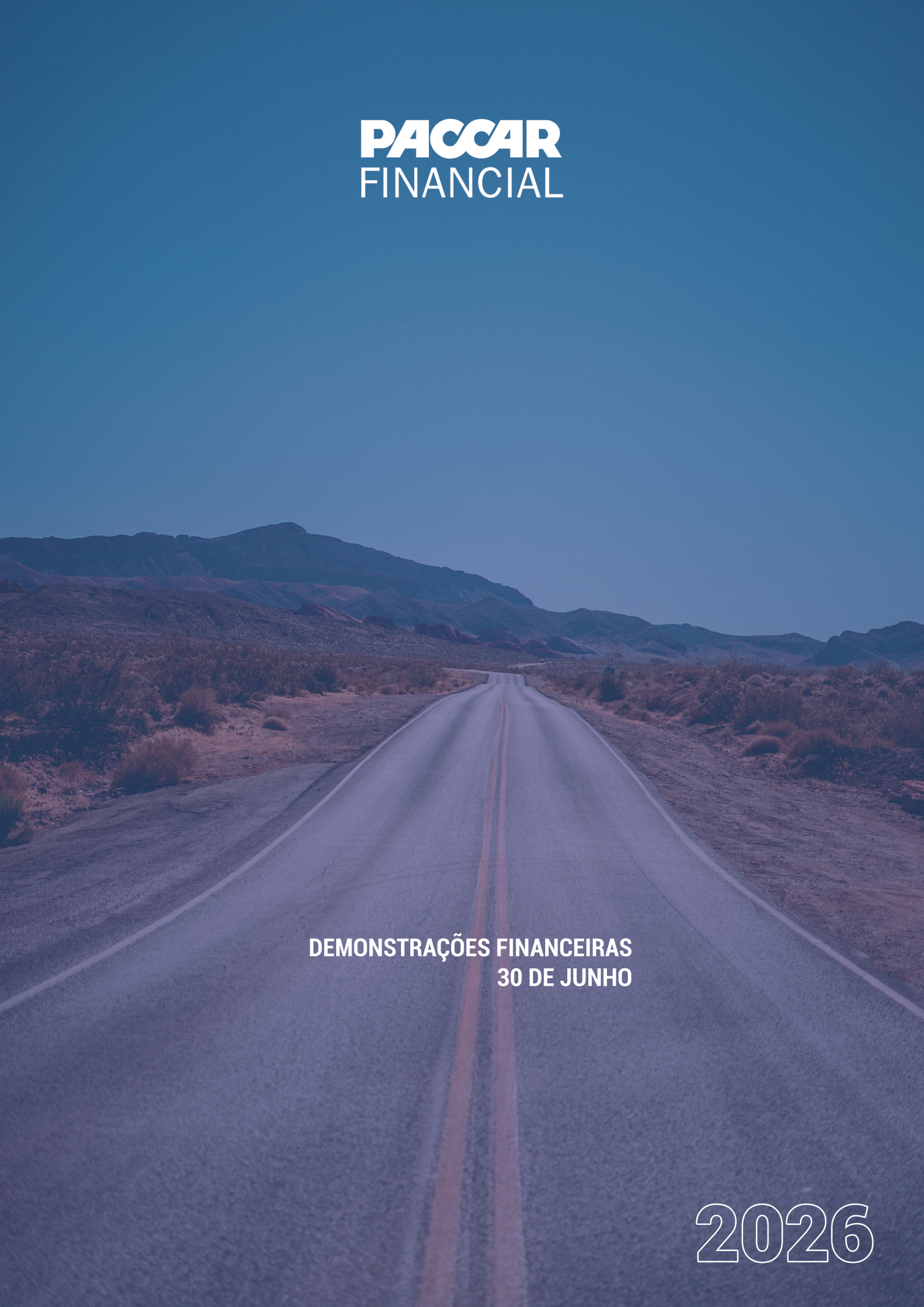




PACCAR FINANCIAL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
30 DE JUNHO

2026

**ÍNDICE**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
BALANÇO PATRIMONIAL	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	5
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO	6
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
1. CONTEXTO OPERACIONAL	8
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	8
3. POLÍTICAS CONTÁBEIS	8
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	12
5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS AO VALOR JUSTO NO RESULTADO	12
6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER AO CUSTO AMORTIZADO	13
7. OUTROS ATIVOS	14
8. DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	14
9. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	15
10. OUTROS PASSIVOS	15
11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15
12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	16
13. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	17
14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	18
15. REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO	19
16. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL	19
17. COMPOSIÇÃO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	20
18. PASSIVOS CONTINGENTES	20
19. EVENTOS SUBSEQUENTES	20
COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA – CONTADORA	20
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	21



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao nosso acionista, ao mercado e ao público em geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações financeiras do Banco PACCAR S.A. relativas ao semestre findo em 30 de junho, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Resultados

O Banco PACCAR S.A. encerrou o semestre de 30 de junho de 2026 com patrimônio líquido no montante de R\$ 2.877.439, tendo registrado no mesmo período um lucro de R\$ 34.966.

Objetivos Estratégicos

O Banco PACCAR S.A. avalia continuamente a aderência de suas operações aos objetivos estratégicos estabelecidos em seu plano de negócios. Até o encerramento do semestre findo em 30 de junho de 2026, nenhuma situação de não adequação aos objetivos propostos no plano de negócios foi detectada.

Gerenciamento de Riscos e de Capital

O Banco PACCAR S.A. faz a gestão de riscos e de capital de acordo com a natureza e complexidade de suas operações e com a regulamentação vigente, a fim de garantir a continuidade de seus negócios a longo prazo e a manutenção da qualidade de seus ativos.

O gerenciamento, descrito a seguir, segue as Resoluções nº 4.557/17, nº 4.745/19, nº 5.077/23 e nº 4.943/21 do CMN e Resoluções nº 54/20 e nº 133/24 do BACEN.

Risco de Crédito – É realizado através do monitoramento dos indicadores relativos às carteiras de crédito e eventos, internos ou externos, que possam trazer impactos significativos, visando garantir o andamento das operações de acordo com o planejamento, estratégia e apetite a riscos da Instituição.

Risco de Mercado e IRRBB - Utilização de indicadores e reportes que têm como subsídio informações internas e de mercado, a fim de mitigar a ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado das posições, incluindo o risco do impacto de movimentos da taxa de juros da carteira bancária.

Risco de Liquidez - Visa garantir a adequada manutenção de recursos com liquidez imediata, conforme definido na RAS (Declaração de Apetite a Risco), reduzindo a probabilidade de ocorrência de perdas relacionadas a esse risco.

Risco Operacional – Tem como objetivo mitigar perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência e inadequação de processos, pessoas, sistemas ou contratos firmados. Ainda contempla possíveis sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades da Instituição.

Risco Social, Ambiental e Climático – Políticas e procedimentos para monitorar e mitigar os riscos sociais, ambientais e climáticos relacionados à concessão de crédito, análise de produtos e serviços, gerenciamento das atividades e relação com funcionários e fornecedores.

Gerenciamento de Capital – Processo contínuo de monitoramento, controle do capital e de avaliação de sua necessidade para fazer face aos riscos aos quais a Instituição está sujeita. Inclui também o planejamento das necessidades futuras de capital, considerando os objetivos estratégicos definidos.

Informações mais detalhadas sobre a estrutura de gerenciamento de riscos estão disponíveis no *site* do Banco PACCAR S.A., no endereço www.paccarfinancial.com.br.

Em 30 de junho de 2026, o Banco PACCAR S.A. encontrava-se enquadrado nos limites de capital, estabelecidos pela Resolução nº 4.958/21 do CMN, com um índice de Basileia igual a 35,74%.

Demonstrações Financeiras

A Administração revisou em julho de 2026 as demonstrações financeiras do Banco PACCAR S.A. relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026, conferindo a transparência e qualidade, bem como confirmando a veracidade e integridade das informações apresentadas.

Com base no exposto, a Administração aprovou em 25 de agosto de 2026 estas demonstrações financeiras.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo comprometimento e dedicação, às autoridades e aos nossos clientes pela confiança e escolha do Banco PACCAR S.A.

Ponta Grossa - PR, 26 de agosto de 2026.

A Diretoria



BALANÇO PATRIMONIAL - EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2026 1º Semestre	2025 Exercício
ATIVO			
Disponibilidades	4	121	115
Depósitos bancários		121	115
Ativos financeiros ao custo amortizado		8.419.377	9.018.192
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	285.699	429.240
Operações de crédito	6	7.236.233	7.866.368
Outras operações com característica de concessão de crédito	6	897.445	722.584
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(520.581)	(440.975)
(-) Operações de crédito	6	(503.530)	(427.246)
(-) Outras operações com característica de concessão de crédito	6	(17.051)	(13.729)
Ativos financeiros ao VJR		-	28.240
Instrumentos financeiros derivativos	5	-	28.240
Outros ativos		364.529	289.295
Ativos fiscais		222.603	226.637
Ativos fiscais diferidos	12.c	187.949	194.280
Impostos e contribuições a compensar		34.654	32.357
Outros ativos não financeiros		141.926	62.658
Ativos não financeiros mantidos para venda	7.a	92.104	27.322
Despesas antecipadas		367	1.030
Diversos	7.b	49.455	34.306
Imobilizado de uso		335	418
Imobilizações de uso		2.657	2.719
(-) Depreciação acumulada		(2.322)	(2.301)
Intangível		443	493
Ativos intangíveis		5.367	5.367
(-) Amortização acumulada		(4.924)	(4.874)
Total do ativo		8.264.224	8.895.778
	Nota	2026 1º Semestre	2025 Exercício
PASSIVO		5.386.785	6.049.208
Passivos financeiros ao custo amortizado		5.155.575	5.728.057
Depósitos interfinanceiros	8.a	66.021	62.548
Depósitos a prazo	8.a	267.776	254.120
Obrigações por emissão de letras financeiras	8.b	-	616.663
Obrigações por empréstimos	9	3.479.568	3.768.794
Obrigações por repasses do país – BNDES	9	1.342.210	1.025.932
Outros passivos		231.210	321.151
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhadas	10	1.857	4.461
Sociais e estatutárias	10	1.244	59.235
Fiscais e previdenciárias	10	3.075	4.074
Passivos fiscais diferidos	12.d	-	3.352
Credores diversos – país	10	194.596	210.605
Outras obrigações	10	20.880	28.421
Outros passivos não financeiros	10	9.558	11.003
Patrimônio líquido		2.877.439	2.846.570
Capital social	11.a	2.685.471	2.685.471
Reservas de lucros		191.968	157.002
Ajustes patrimoniais		-	4.097
Total do passivo + Patrimônio líquido		8.264.224	8.895.778

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025
(Em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Nota	2026 1º Semestre	2025 1º Semestre
Receitas da intermediação financeira		631.321	597.215
Operações de crédito e outros créditos	6.f	586.572	562.919
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	4	36.482	21.332
Resultado com títulos e valores mobiliários e derivativos	5	8.267	12.964
Despesas da intermediação financeira		(340.758)	(370.280)
Operações de captação no mercado	8	(57.146)	(76.839)
Operações por empréstimos e repasses	9	(283.612)	(293.441)
Resultado da intermediação financeira		290.563	226.935
Provisão para perdas esperadas em operações de crédito e outros créditos	6.d	(156.114)	(143.484)
Outras receitas / (despesas) operacionais		(69.101)	(24.810)
Receita de prestação de serviço		1.994	2.141
Despesas de pessoal	13.a	(10.550)	(10.178)
Despesas administrativas	13.b	(32.305)	(24.381)
Aprovisionamentos e ajustes patrimoniais	13.c	(3.114)	(3.108)
Despesas tributárias		(13.770)	(1.230)
Outras receitas e despesas operacionais		(11.356)	11.947
Receitas e (despesas) não operacionais		(1.962)	(5.386)
Outras despesas não operacionais		(1.962)	(5.386)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		63.386	53.254
Imposto de renda e contribuição social		(26.998)	(23.409)
Imposto de renda corrente	12.e	(11.465)	(30.611)
Contribuição social corrente	12.e	(9.203)	(24.510)
Imposto de renda diferido	12.b	(3.516)	17.618
Contribuição social diferido	12.b	(2.813)	14.096
Participação estatutária no lucro		(1.422)	(1.318)
Lucro do período		34.966	28.530
Lote de mil ações do capital		2.685.471	2.685.471
Lucro básico e diluído por lote de mil ações – R\$		0,01	0,01

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2026 1º Semestre	2025 1º Semestre
Lucro do semestre		34.966	28.530
Itens que podem ser reclassificados para o resultado			
Ajustes de avaliação patrimonial		(4.097)	9.929
Variação do valor justo em instrumentos financeiros derivativos		(7.448)	18.053
Efeitos tributários	17	3.351	(8.124)
Total do resultado abrangente		30.869	38.459

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	<u>Nota</u>	<u>2026</u>	<u>2025</u>
		<u>1º Semestre</u>	<u>1º Semestre</u>
Atividades operacionais			
Lucro do período		34.966	28.530
Ajustes ao lucro		162.578	111.965
Provisão para perdas esperadas – Operações de crédito e outros créditos		156.114	143.484
Depreciações e amortizações		133	195
Constituição de crédito tributário		6.331	(31.714)
Variações em ativos e passivos		(341.079)	(716.683)
Redução / (aumento) em operações de crédito e recebíveis	6	378.766	(479.858)
Redução / (aumento) em outros ativos		(81.566)	(28.744)
Redução / (aumento) em derivativos	5	28.240	7.461
Aumento / (redução) em depósitos	8.a	17.129	149.080
Aumento / (redução) em outros passivos		(90.939)	(39.212)
Aumento / (redução) em obrigações por repasses BNDES	9	316.278	(72.630)
Aumento / (redução) em empréstimos	9	(289.225)	(212.054)
Aumento / (redução) em emissões de letras financeiras	8.b	(616.663)	35.941
Outros resultados abrangentes – Ajuste patrimonial		(4.097)	(86.440)
Impostos de renda e contribuição social sobre líquidos pagos		998	10.108
Aumento / (redução) provisão para contingências		-	(335)
Caixa líquido gerado / aplicado nas atividades operacionais		(178.501)	(604.718)
Atividades de Investimento			
Baixas de imobilizado de uso		-	(34)
Caixa líquido aplicado em atividades de investimento		-	(34)
Atividades de Financiamento			
Integralização de capital		-	498.000
Caixa líquido originado nas atividades de financiamento		-	498.000
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		(143.535)	(78.222)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		429.355	279.575
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		285.820	201.353
Redução em caixa e equivalentes de caixa		(143.535)	(78.222)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u> <u>integralizado</u>	<u>Reserva</u> <u>de lucros</u>	<u>Lucros/</u> <u>prejuízos</u> <u>acumulados</u>	<u>Outros</u> <u>resultados</u> <u>abrangentes</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2024		<u>1.689.471</u>	<u>152.204</u>	<u>-</u>	<u>17.811</u>	<u>1.859.486</u>
Impactos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/21		-	-	(43.206)	-	(43.206)
Saldos em 1º de janeiro de 2025						
após adoção		<u>1.689.471</u>	<u>152.204</u>	<u>(43.206)</u>	<u>17.811</u>	<u>1.816.280</u>
Lucro líquido do período		-	-	28.530	-	28.530
Integralização de capital	11.a	498.000	-	-	-	498.000
Destinações:						
Reserva outras		-	(14.676)	14.676	-	-
Ajustes patrimoniais		-	-	-	(7.882)	(7.882)
Saldos em 30 de junho de 2025		<u>2.187.471</u>	<u>137.528</u>	<u>-</u>	<u>9.929</u>	<u>2.334.928</u>
Mutações do semestre		498.000	(14.676)	43.206	(7.882)	518.648
Saldos em 31 de dezembro de 2025		<u>2.685.471</u>	<u>157.002</u>	<u>-</u>	<u>4.097</u>	<u>2.846.570</u>
Lucro líquido do período		-	-	34.966	-	34.966
Destinações:						
Reserva legal		-	1.748	(1.748)	-	-
Reserva outras		-	33.218	(33.218)	-	-
Ajustes patrimoniais		-	-	-	(4.097)	(4.097)
Saldos em 30 de junho de 2026		<u>2.685.471</u>	<u>191.968</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.877.439</u>
Mutações do semestre		-	34.966	-	(4.097)	(30.869)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco PACCAR S.A. ("Banco") é uma sociedade por ações de capital fechado, autorizado pelo Banco Central do Brasil – BACEN a operar sob a forma de banco múltiplo, com sede na cidade de Ponta Grossa – Paraná. Atualmente, o Banco está focado em oferecer financiamentos para a aquisição de produtos produzidos pela DAF Caminhões Brasil e comercializados por sua rede de concessionários no país, através das modalidades de aquisição de recebíveis, CDC, *leasing*, FINAME – Financiamento de máquinas e equipamentos e crédito rotativo – *Floorplan*.

O Banco PACCAR S.A. é uma subsidiária integral da PACCAR Participações Ltda., tendo como controladora final a PACCAR Inc. situada em Bellevue, Washington, Estados Unidos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções expedidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN) consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 e com as mudanças introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às Instituições Financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são:

Resolução nº	Assunto	CPC
4.924/21	Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro	00 (R2)
4.924/21	Redução ao valor recuperável de ativos	01 (R1)
4.524/16	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	02 (R2)
4.818/20	Demonstrações dos fluxos de caixa	03 (R2)
4.534/16	Ativo intangível	04 (R1)
4.818/20	Divulgação de partes relacionadas	05 (R1)
3.989/11	Pagamento baseado em ações	10 (R1)
4.924/21	Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro	23
4.818/20	Contabilização e divulgação de eventos subsequentes	24
3.823/09	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	25
4.535/16	Ativo imobilizado	27
4.877/20	Benefícios a empregados	33 (R1)
4.818/20	Resultado por ação	41
4.924/21	Mensuração do valor justo	46
4.924/21	Receita de contrato com clientes	47
4.966/21	Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração	38 (R2)
352/23	Critérios para reconhecimento de perdas esperadas	48

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização destes será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

As demonstrações financeiras do Banco PACCAR S.A. foram aprovadas e tiveram sua divulgação autorizada pela Diretoria em 25 de agosto de 2026.

Balanco Patrimonial

O Banco optou por aderir ao formato de apresentação das demonstrações financeiras com a apresentação das contas do Balanço Patrimonial por ordem decrescente de liquidez e exigibilidade, sem segregação entre circulante e não circulante. As aberturas por prazo de realização e exigibilidade para os grupos de ativos e passivos relevantes estão apresentadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras, conforme opção prevista no artigo 23 da Resolução BACEN nº 2/20.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa

Para fins de demonstração do fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez, com conversibilidade imediata ou com prazo original de resgate igual ou inferior a 90 dias.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)****b) Ativos financeiros**

A classificação e mensuração subsequente é feita com base no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros e nas características do fluxo de caixa contratuais (teste SPPJ).

- Modelo de negócios: refere-se à maneira pela qual o Banco gerencia os seus ativos financeiros para gerar fluxo de caixa, podendo ser: (i) modelo de negócio cujo objetivo é manter os ativos com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; (ii) modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda; (iii) outros modelos.
- Teste SPPJ: analisa as características de caixa dos ativos financeiros, com o objetivo de evidenciar se os fluxos de caixa desses ativos são exclusivamente formados por pagamento de principal e juros.

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

- Custo amortizado (CA): ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPJ, cujo objetivo é manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais. Nessa categoria os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluindo os custos de transação e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se a taxa de juros efetiva.
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativos financeiros que atendam aos critérios do teste SPPJ, cujo objetivo seja tanto manter os ativos para receber os fluxos contratuais quanto para venda. Os ativos são inicial e subsequentemente reconhecidos a valor justo adicionados os custos de transação e os ganhos e perdas não realizados (exceto perda de crédito esperada, diferenças cambiais, dividendos e receitas de juros) são reconhecidos em outros resultados abrangentes.
- Valor justo por meio do resultado (VJR): os ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores ou designados no reconhecimento inicial como VJR para eliminar ou reduzir descasamentos contábeis. São inicial e subsequentemente avaliados a valor justo sendo os custos de transações e as modificações subsequentes do valor justo reconhecidas diretamente no resultado do período.

c) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados ao custo amortizado, refletindo a expectativa de fluxo de caixa contratual ao longo do tempo.

d) Mensuração do valor justo

A determinação do valor justo de um ativo ou passivo financeiro pode prever o uso de três classificações quanto ao tipo de informação utilizada para avaliação, as quais são chamados níveis de hierarquia de valor justo, a saber:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis significativos).

e) Taxa efetiva de juros (TJE)

A taxa efetiva de juros (TJE) é a taxa que desconta os pagamentos e recebimentos dos fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro.

O Banco após estudo técnico, adotou para os custos e receitas atribuíveis a utilização do critério da materialidade previsto no artigo 13 da Resolução BCB nº 352/2023, de forma que sua TJE é imaterial, utilizando premissas e estimativas que não impactam de forma significativa as demonstrações financeiras como um todo.

f) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São avaliadas pelo montante aplicado acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço. É constituída provisão para ajuste a valor de mercado, quando aplicável.

g) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Os títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos são classificados e mensurados, de acordo com o modelo de negócio. A classificação dos ativos financeiros considera a intenção da Administração e a estratégia de negócios, dividindo-se nas seguintes categorias: (i) **Custo Amortizado (CA)**, para ativos mantidos com objetivo de receber os fluxos contratuais; (ii) **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)**, para ativos mantidos tanto para recebimento dos fluxos contratuais quanto para possível venda; e (iii) **Valor Justo por meio do Resultado (VJR)**, para ativos destinados à negociação ou que não se enquadram nas categorias anteriores. Conforme essa classificação, os títulos para negociação são avaliados ao valor de mercado, com impactos reconhecidos no resultado; os títulos classificados como VJORA têm as variações de valor justo reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido; e os títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo custo amortizado, com reconhecimento das variações no resultado. As políticas e procedimentos adotados para classificação, mensuração e registro desses ativos financeiros são revisados periodicamente e foram objeto de auditoria externa independente, que atestou a conformidade das práticas adotadas com as normativas aplicáveis e a fidedignidade das informações financeiras apresentadas.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)****h) Instrumentos financeiros derivativos**

São classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082, de 30/01/2002, do BACEN.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (*"hedge"*) podem ser classificados como:

I - *"hedge"* de risco de mercado; e

II - *"hedge"* de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a *"hedge"* e os respectivos objetos de *"hedge"* são ajustados a valor de mercado, observado o seguinte:

1. Para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no semestre; e
2. Para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos compostos por operações de *swap* são avaliados e o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriados em receita ou despesa *"pro rata"* até a data do balanço.

Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação baseadas em premissas, que levam em consideração informações e condições de mercado. As principais premissas são: dados históricos, informações de transações similares e técnicas de precificação. Para instrumentos mais complexos ou sem liquidez, é necessário um julgamento significativo para determinar o modelo utilizado mediante seleção de dados específicos e, em alguns casos, são aplicados ajustes de avaliação ao valor do modelo ou preço cotado para instrumentos financeiros que não são negociados ativamente.

No que se refere a títulos e valores mobiliários, a mensuração do valor justo utiliza a metodologia baseada prioritariamente em preços cotados em mercados ativos (Nível 1), quando disponíveis. Para os ativos onde não há preços cotados em mercados ativos, são utilizados dados observáveis de mercado (Nível 2) ou, quando aplicável, modelos de avaliação que consideram *inputs* não observáveis (Nível 3).

i) Operações de crédito

As operações de crédito estão demonstradas pelo valor do principal atualizado com base no indexador contratado e quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos sendo atualizadas até o 90º dia de atraso nas empresas financeiras, observada a expectativa do recebimento. Após o 90º dia, o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações. Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23, as operações de crédito foram classificadas, de acordo com o modelo de negócio seguido pelo Banco.

j) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco com operações de crédito e outros créditos a receber

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco com operações de crédito e outros créditos a receber foram constituídas com base nas faixas de atraso, de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23. As provisões são constituídas a partir da concessão do crédito, baseadas na classificação das operações de crédito em função do tipo de garantias e faixas de atraso e análises individuais dos clientes. A provisão constituída é considerada suficiente pela Administração para a cobertura de riscos com eventuais perdas.

k) Ativo problemático

A Resolução CMN nº 4.966/21 estabelece que um ativo é denominado ativo problemático quando ocorrer atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou de encargos; ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

l) Stop Accrual

Trata-se do processo de interromper o acúmulo de juros, despesas, receitas ou outras atividades financeiras ao longo do tempo, uma vez que, segundo o artigo 17 da Resolução CMN nº 4.966/21, é vedado o reconhecimento, no resultado do período, de receita de qualquer natureza ainda não recebida relativa a ativo financeiro com problema de recuperação de crédito. Embora o artigo 17 mencione *"receitas de qualquer natureza"*, o *stop accrual* não se aplica à receita derivada de ajustes de variação cambial, assim como não se aplica ao ajuste a valor justo.

m) Renegociação e reestruturação

Com a implementação da Resolução CMN nº 4.966/21 o Banco PACCAR S.A. estabeleceu definições claras quanto às renegociações e reestruturações. A renegociação é definida quando há modificação das condições originalmente pactuadas de um instrumento financeiro, podendo envolver a liquidação ou renegociação parcial ou total da dívida. A reestruturação é caracterizada quando em uma renegociação são concedidos benefícios significativos à contraparte, que não seriam oferecidos, caso não houvesse uma deterioração importante na qualidade de crédito. Toda reestruturação é classificada como um ativo problemático.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

n) Baixa do instrumento financeiro

O Banco realiza a baixa dos ativos financeiros relacionados às operações de crédito em duas situações principais:

- **Execução da garantia real:** quando as garantias reais vinculadas à operação são executadas, o saldo remanescente do ativo financeiro é baixado;
- **Provisão integral (100% provisionado):** nos casos em que, conforme critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 352/2023, a provisão para perdas esperadas atinge 100% do saldo devedor, o Banco realiza a baixa do ativo financeiro, reconhecendo que o valor é considerado irrecuperável.

Essa abordagem assegura que os ativos financeiros estejam adequadamente refletidos nas demonstrações financeiras, contemplando tanto a recuperação por meio da execução das garantias quanto à baixa dos créditos considerados como perda definitiva.

o) Outros ativos

Outros valores e bens são os demais ativos demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos e variações monetárias auferidos até a data do balanço e, quando aplicável, ajustados aos respectivos valores de mercado ou de realização.

As despesas antecipadas referem-se a contratos de suporte e garantia estendida de computadores e periféricos, treinamentos e seguros apropriados no resultado de acordo com os prazos de vigência dos contratos.

Ativos não financeiros mantidos para a venda – são bens recebidos em liquidação de instrumentos financeiros de difícil ou duvidosa realização, não destinados ao uso próprio, que estejam disponíveis para a venda imediata e que sua alienação seja altamente provável no período de um ano. Os bens recebidos estão registrados pelo menor valor entre: o valor justo do bem, líquido das despesas de vendas e o valor contábil bruto do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução.

p) Imobilizado

São reconhecidos pelo valor de custo que compreende o preço de aquisição, acrescido de eventuais impostos que impactem sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis à alocação e condição para seu funcionamento. Adicionalmente, a depreciação corresponde ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo calculada de forma linear, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil do bem o período durante o qual o Banco espera utilizá-lo, a vida útil estimada por tipo de ativo é:

<u>Tipo de ativo</u>	<u>Vida útil estimada</u>	<u>Taxa (% a.a.)</u>
Equipamentos de comunicação	5 anos	20
Computadores e periféricos	5 anos	20

q) Intangível

Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados pelo seu valor de custo, deduzidos da amortização. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada para esses ativos e contabilizada em conta específica de despesa operacional. São compostos por *softwares* em uso e, conforme laudo de avaliação preparado para este fim, a vida útil estimada por tipo de ativo é:

<u>Tipo de ativo</u>	<u>Vida útil estimada</u>	<u>Taxa (% a.a.)</u>
<i>Softwares</i>	5 anos	20

r) Imposto de renda e contribuição social

No ano-calendário de 2026 foi adotado o Lucro Real Anual. A provisão para imposto de renda foi constituída à razão de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre a parte desse lucro que excedeu a R\$ 240 mil no ano corrente, nos termos da legislação fiscal vigente.

A alíquota da CSLL no cálculo da contribuição corrente em 30 de junho de 2026 foi de 20%, de acordo com a alíquota imposta pela Lei nº 7.689 de 1988.

Os ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias, os quais serão realizados quando da utilização ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas, estão apresentados na rubrica “Créditos tributários”. Os créditos tributários são baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises da Administração. As alíquotas para os créditos tributários diferidos nos termos da legislação vigente foram:

- IRPJ à alíquota de 25%;
- CSLL à alíquota de 20%;

s) Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e das obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09.

t) Apuração do resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência. Os valores sujeitos à variação monetária são atualizados “pro rata” dia.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

u) Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetem os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas. Ativos e passivos significativos impactados por essas estimativas e premissas incluem a provisão para créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda e contribuição social diferido ativo. Os valores de eventual liquidação desses ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Banco revisa as estimativas e premissas periodicamente.

v) Lucro por lote de mil ações

O lucro líquido por lote de mil ações foi calculado com base na média de ações ordinárias em circulação na data-base de 30 de junho de 2026.

w) Fluxos de caixa

Para fins das Demonstrações dos Fluxos de caixa, o Banco utiliza o método indireto, segundo qual, o lucro líquido ou prejuízo é ajustado pelos seguintes efeitos:

- (i) Das transações que não envolvem caixa;
- (ii) De quaisquer diferimentos ou outras apropriações por competência sobre recebimentos ou pagamentos operacionais passados ou futuros; e
- (iii) De itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

Os valores considerados como caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e às aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e/ou com data de vencimento/resgate original igual ou inferior a 90 (noventa) dias, na data da contratação.

x) Redução do valor recuperável dos ativos não financeiros ("impairment")

É reconhecida como perda, quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa, registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substancial, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização desses ativos.

y) Resultado recorrente e não recorrente

No resultado recorrente são considerados receitas ou despesas que são ligadas com a operação do Banco e em resultados não recorrentes são classificados eventos "não esperados" e que não tenham ligação direta com o negócio.

O Banco PACCAR S.A. tem um manual relativo ao assunto e, durante o semestre findo em 30 de junho de 2026, não teve resultados considerados na categoria não recorrente.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades e aplicações de liquidez		
Depósitos bancários	121	115
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	285.699	429.240
Total	285.820	429.355

(1) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. Em 30 de junho de 2026, o Banco apurou uma receita com aplicações interfinanceiras de liquidez de R\$ 36.482 (R\$ 21.332 em 30 de junho de 2025).

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS AO VALOR JUSTO NO RESULTADO

	30/06/2026	31/12/2025
Ativos financeiros ao VJR		
Instrumentos financeiros derivativos – Swap (1)	-	28.240
Total	-	28.240

(1) Em 7 de maio de 2024, o Banco contratou para a proteção da emissão da letra financeira contratos de derivativos na modalidade de Swap, que venceram em 18 de maio de 2026. No semestre findo em junho de 2026, o Banco apurou resultado com títulos e valores mobiliários e derivativos no valor de R\$ 8.267 (R\$ 12.964 em 30 de junho de 2025).



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER AO CUSTO AMORTIZADO

a) A carteira de operações de crédito e outros créditos a receber está composta da seguinte forma:

	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Operações de crédito	3.207.666	4.028.567	7.236.233	3.387.628	4.478.740	7.866.368
Outras operações com característica de concessão de crédito (1)	897.445	-	897.445	722.584	-	722.584
(-) Provisão para perdas com operações de crédito	(223.204)	(280.326)	(503.530)	(191.556)	(235.690)	(427.246)
(-) Outras operações com característica de concessão de crédito	(17.051)	-	(17.051)	(13.729)	-	(13.729)
Total	3.864.856	3.748.241	7.613.097	3.904.927	4.243.050	8.147.977

(1) Essa rubrica é composta pelos produtos da compra de recebíveis. Sua originação foi através da compra de recebíveis DAF Caminhões Brasil para otimização de fluxo de caixa da montadora com prazos de vencimento que variam de acordo com a política comercial da montadora.

b) Composição de operações de crédito e outros créditos a receber por tipo de cliente e atividade econômica:

Setor	30/06/2026		31/12/2025	
	Carteira	Provisões	Carteira	Provisões
Serviços	5.642.965	410.118	5.964.802	327.143
Comércio	2.159.638	82.048	2.269.423	84.240
Pessoa física	244.164	20.945	266.343	19.756
Indústria	86.283	7.461	87.605	9.825
Rural	628	9	779	11
Total	8.133.678	520.581	8.588.952	440.975

c) Composição de operações de crédito e outros créditos a receber de acordo com as classificações:

Classificação	30/06/2026				Total	
	Adimplido		Inadimplido		Carteira	Provisões
	Carteira	Provisões	Carteira	Provisões		
C2 (1)	6.368.101	203.490	558.357	294.154	6.926.458	497.644
C3 (2)	897.445	17.051	-	-	897.445	17.051
C5 (3)	309.775	5.886	-	-	309.775	5.886
Total	7.575.321	226.427	558.357	294.154	8.133.678	520.581

Classificação	31/12/2025				Total	
	Adimplido		Inadimplido		Carteira	Provisões
	Carteira	Provisões	Carteira	Provisões		
C2 (1)	7.021.160	261.159	315.915	156.030	7.337.075	417.189
C3 (2)	722.584	13.729	-	-	722.584	13.729
C5 (3)	529.293	10.057	-	-	529.293	10.057
Total	8.273.037	284.945	315.915	156.030	8.588.952	440.975

(1) Operações de Financiamento, CDC e operações de repasse BNDES.

(2) Operações de recebíveis com a DAF – Compra de títulos de vendas da DAF para os concessionários.

(3) Operações capital de giro – Wholesale – operações de financiamento de estoque dos concessionários com hipoteca.

d) Movimentação da provisão para perdas com operações de crédito e outros créditos a receber:

Movimentação	30/06/2026	31/12/2025
Saldo início do período	(440.975)	(271.920)
Constituição de provisão	(156.114)	(260.196)
Baixa de perdas com créditos	76.508	91.141
Saldo final	(520.581)	(440.975)

Os créditos recuperados no semestre findo em 30 de junho de 2026, somaram R\$ 3.348 (R\$ 22.354 em 30 de junho de 2025).

e) Concentração dos maiores devedores

Concentração	30/06/2026		31/12/2025	
10 maiores devedores	1.138.715	14%	1.288.343	15%
Demais devedores	6.994.963	86%	7.300.609	85%
Saldo final	8.133.678	100%	8.588.952	100%



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

f) Receitas operacionais

As receitas operacionais do Banco são oriundas das operações de crédito relativas aos produtos CDC, FINAME e *Floorplan* R\$ 527.341 (R\$ 509.538 em 30 de junho de 2025) para o semestre. As receitas de outras operações com característica de concessão de crédito no semestre representam R\$ 59.231 (R\$ 53.381 em 30 de junho de 2025).

g) Renegociações de crédito:

Em 30 de junho de 2026, a posição das operações de crédito que passaram por renegociações, conforme demonstrado abaixo:

30/06/2026			
Classificação	Volume renegociado	Saldo das operações	Provisões
C2	334.443	336.713	(18.799)
Total	334.443	336.713	(18.799)

31/12/2025			
Classificação	Volume renegociado	Saldo das operações	Provisões
C2	1.128.777	1.066.466	(181.575)
Total	1.128.777	1.066.466	(181.575)

h) Fluxo de vencimentos das operações de crédito e outros créditos a receber:

	30/06/2026	31/12/2025
Vencimento até 1 ano	4.105.111	4.110.212
Vencimento até 2 anos	2.047.034	2.162.238
Vencimento até 3 anos	1.218.852	1.382.504
Vencimento até 4 anos	605.810	728.959
Vencimento maior de 5 anos	156.871	205.039
Total	8.133.678	8.588.952

7. OUTROS ATIVOS

a) Ativos não financeiros mantidos para venda

No semestre findo em 30 de junho de 2026, o Banco PACCAR S.A. possuía o montante de R\$ 92.104 (R\$ 27.322 em 31 de dezembro 2025) em ativos não financeiros mantidos para venda, referente a veículos e similares recebidos em liquidação de instrumentos financeiros não honrados. A mensuração desses ativos seguiu a Resolução CMN nº 4.747/2019, sendo que os bens recebidos foram registrados pelo menor valor entre: o valor justo do bem, líquido das despesas de vendas e o valor contábil bruto do respectivo instrumento financeiro.

b) Diversos

	30/06/2026	31/12/2025
Outros ativos não financeiros		
Liquidações pendentes (1)	45.408	25.695
Diversos	3.575	7.951
Subsídio CDC a receber	4	509
Adiantamentos salariais	468	151
Total	49.455	34.306

(1) Representado por recebimentos de clientes a serem compensados em conta corrente no próximo dia útil.

8. DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Depósitos interfinanceiros e depósitos a prazo

Título	30/06/2026		31/12/2025	
	Até 1 ano	Total	Até 1 ano	Total
CDI (1)	66.021	66.021	62.548	62.548
CDB – Ligadas (2)	267.776	267.776	254.120	254.120
Total	333.797	333.797	316.668	316.668

(1) Captação via depósito interfinanceiro atrelado ao CDI com vencimento em dezembro de 2026. No semestre findo em 30 de junho de 2026, o Banco apurou uma despesa com captação no mercado interbancário no montante de R\$ 3.484 (R\$ 4.086 em 30 de junho de 2025).

(2) Captação via depósito a prazo atrelado ao CDI junto às empresas PACCAR Participações Ltda. e DAF Caminhões Brasil Indústria Ltda. No semestre findo em 30 de junho de 2026, o Banco PACCAR S.A. apurou uma despesa de R\$ 20.040 (R\$ 36.050 em 30 de junho de 2025) com depósitos a prazo.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

b) Obrigações por emissões de letras financeiras

Título	30/06/2026		31/12/2025	
	Até 1 ano	Total	Até 1 ano	Total
Letras financeiras (1)	-	-	616.663	616.663
Total	-	-	616.663	616.663

(1) No semestre findo em 30 de junho de 2025, o Banco PACCAR S.A. apurou uma despesa de R\$ 33.622 (R\$ 36.703 em 30 de junho de 2025) com letra financeira.

9. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	30/06/2026		
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Total
Empréstimos (1)	1.468.755	2.010.813	3.479.568
Obrigações por repasses no país (2)	436.445	905.765	1.342.210
Total	1.905.200	2.916.578	4.821.778
	31/12/2025		
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Total
Empréstimos (1)	1.052.869	2.715.925	3.768.794
Obrigações por repasses no país (2)	406.678	619.254	1.025.932
Total	1.459.547	3.335.179	4.794.726

(1) Referem-se às captações de recursos via empréstimos em Reais junto à PACCAR Inc. e PACCAR Financial México, com taxas prefixadas entre 10,58% e 14,01%. No semestre findo em 30 de junho de 2026, foram registradas despesas de empréstimos no montante de R\$ 213.601 (R\$ 225.079 em 30 de junho de 2025).

(2) Referem-se a repasses de recursos para operações de FINAME com incidência de encargos financeiros definidos nas políticas operacionais do sistema do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Em sua maioria, as operações contratadas são da modalidade prefixados. No semestre findo em 30 de junho de 2026, foram registradas despesas de repasses no montante de R\$ 70.011 (R\$ 68.362 em 30 de junho de 2025).

10. OUTROS PASSIVOS

Outros passivos	30/06/2026	31/12/2025
Credores diversos – país (1)	194.596	210.605
Outras obrigações (2)	20.880	28.421
Outros passivos não financeiros (3)	9.558	11.003
Fiscais e previdenciárias (4)	3.075	4.074
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhadas (5)	1.857	4.461
Sociais e estatutárias (6)	1.244	59.235
Total	231.210	317.799

(1) Refere-se a valores a repassar a clientes provenientes de operações de créditos originadas e não liquidadas que têm prazo médio de dois dias.

(2) Referente substancialmente às receitas de juros recebidas antecipadamente, como subsídio de taxa de juros de operações de crédito, as quais são apropriadas para o resultado, conforme os prazos correspondentes dos respectivos contratos de operação de crédito.

(3) Refere-se a fornecedores a pagar no montante de R\$ 6.267 (R\$ 8.053 em 31 de dezembro de 2025) e provisões e benefícios trabalhistas R\$ 3.291 (R\$ 2.950 em 31 de dezembro de 2025).

(4) Refere-se a PIS/COFINS/ISS a recolher R\$ 2.163 (R\$ 2.614 em 31 de dezembro de 2025), impostos e contribuições sobre salários R\$ 692 (R\$ 790 em 31 de dezembro de 2025) e outros impostos e contribuições a recolher R\$ 220 (R\$ 670 em 31 de dezembro de 2025).

(5) Refere-se a IOF operações de crédito.

(6) Refere-se a Juros sobre Capital Próprio do exercício e Participação nos Lucros.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado está representado por 2.685.471 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

b) Reservas

No semestre findo em 30 de junho de 2026, o Banco teve um lucro líquido de R\$ 34.966 e foi constituída reserva legal no montante de R\$ 1.748 (R\$ 0 em 30 de junho em 2025) e o saldo remanescente de lucros no valor de R\$ 33.218 (R\$ 0 em junho de 2025) foi transferido para reserva de lucros sendo que sua destinação final a encargo de Assembleia dos Acionistas, conforme Estatuto. Conforme previsto no Estatuto Social do Banco, em caso de lucro líquido, serão destacadas as quantias equivalentes às seguintes percentagens: (a) 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal, até que está alcance o limite previsto em lei; (b) 20% (vinte por cento), como dividendo mínimo obrigatório, a ser destinado conforme determinação da Assembleia de Acionistas; e (c) O saldo remanescente terá a destinação determinada pela Assembleia de Acionistas, observada a legislação aplicável, podendo ser, por proposta da Diretoria, 100% (cem por cento) destinado à Reserva de Lucros - Estatutária, para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à Companhia, bem como para garantir futura distribuição de dividendos, observado que o saldo das reservas de lucros, exceto as para as contingências e incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social.

A destinação final fica a encargo de Assembleia dos Acionistas, conforme Estatuto.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Alíquotas do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

No ano-calendário de 2026, houve a opção pelo Lucro Real Anual, tendo sido aplicada a alíquota de 15% para o cálculo do IRPJ, bem como adicional de 10% sobre os montantes que excederem a base tributária de R\$ 120 mil, nos termos da legislação fiscal vigente. A alíquota da CSLL no cálculo da contribuição corrente em 30/06/2026 foi de 20%, nos termos da legislação vigente.

Para fins do reconhecimento dos créditos e débitos tributários diferidos em 30/06/2026, a Administração aplicou as mesmas alíquotas aplicáveis aos tributos correntes para a realização futura dos créditos tributários ativos diferidos.

b) Movimentação dos créditos tributários ativos e passivos diferidos

Ativo de tributos diferidos	Perdas em			Passivo fiscal		
	PCLD	financiamentos (1)	Outros	Total	diferido (2)	Total
Em 31 de dezembro de 2024	87.013	29.647	2.683	119.343	(14.572)	104.771
Impactos da adoção da Resolução CMN nº 4.966/21	35.351	-	-	35.351	-	35.351
Saldos em 1º de janeiro de 2025 após adoção	122.364	29.647	2.683	154.694	(14.572)	140.122
Movimentação creditado / (debitado)						
PL e resultado	18.014	30.200	(8.628)	39.586	11.220	50.806
Em 31 de dezembro de 2025	140.378	59.847	(5.945)	194.280	(3.352)	190.928
	Perdas em			Passivo fiscal		
	PCLD	financiamentos (1)	Outros	Total	diferido (2)	Total
Em 31 de dezembro de 2025	140.378	59.847	(5.945)	194.280	(3.352)	190.928
Movimentação creditado / (debitado)						
PL e resultado	(28.713)	14.195	8.187	(6.330)	3.352	(2.979)
Em 30 de junho de 2026	111.665	74.042	2.242	187.949	-	187.949

(1) Baixas contábeis registradas antes do prazo de dedutibilidade fiscal, conforme §7º, artigo 9º da Lei nº 9.430/96.

(2) Refere-se ao ajuste a valor justo detalhado no item D.

c) Ativos fiscais diferidos

Conforme a Resolução CMN nº 4.842/2020, demonstra-se abaixo a perspectiva de realização dos ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias, baseada em estudo técnico que demonstra a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições, que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

IRPJ / CSLL sobre diferenças temporárias							
	PCLD	Perdas em financiamentos	Outros (1)	Total diferenças temporárias	Alíquota diferido	Tributos diferidos	Valor presente
2026	117.926	53.512	4.982	176.420	45%	79.389	72.231
2027	123.119	23.306	-	146.425	45%	65.891	49.399
2028	1.183	17.448	-	18.631	45%	8.384	5.156
2029	1.183	17.448	-	18.631	45%	8.384	4.238
2030	1.183	17.448	-	18.631	45%	8.384	3.483
2031 em diante	3.550	35.376	-	38.926	45%	17.517	5.996
Total	248.144	164.538	4.982	417.664	45%	187.949	140.503

(1) Bônus, participações nos lucros e outras contas a pagar, ganhos/perdas em derivativos.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

d) Passivo fiscal diferido

O Banco PACCAR S.A. celebrou em maio de 2024, contratos de *Swap* com objetivo de cobertura da letra financeira com vencimento em maio de 2026.

	2026	2025
Saldo do ajuste a valor justo	-	7.448
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	-	45%
Tributos diferidos	-	3.352

e) Movimentação dos tributos correntes

	2026		
	1º Semestre		
	IRPJ	CSLL	Total
Em 31 de dezembro de 2025	41.480	34.582	76.062
Pagamento / compensação	(41.480)	(34.582)	(76.062)
Debitado (creditado) resultado	11.464	9.203	20.668
Antecipação realizada no semestre	(11.541)	(9.260)	(20.801)
Em 30 de junho de 2026	(77)	(57)	(134)
	2025		
	1º Semestre		
	IRPJ	CSLL	Total
Em 31 de dezembro de 2024	3.885	1.375	5.260
Pagamento / compensação	(3.885)	(1.375)	(5.260)
Debitado resultado	30.611	24.510	55.151
Antecipação realizada no semestre	(25.029)	(20.040)	(45.069)
Em 30 de junho de 2025	5.582	4.470	10.082

f) Alíquota efetiva

	2026	2025
	1º Semestre	1º Semestre
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	63.386	53.254
Programa e participação dos funcionários no resultado	(1.422)	(1.318)
Base de cálculo	61.964	51.936
Alíquota do Imposto (IRPJ+CSLL)	45%	45%
IRPJ / CSLL pela alíquota nominal	27.884	23.371
Diferenças permanentes	131	61
Receita SELIC sobre créditos tributários	(978)	-
Demais incentivos fiscais	-	(57)
Deduções do IRPJ	(39)	(12)
Total contabilizado no ano	26.998	23.406
Alíquota efetiva	43,60%	45,10%

13. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

a) Despesas de pessoal

	2026	2025
	1º Semestre	1º Semestre
(-) Despesas de proventos	7.179	6.900
(-) Despesas de encargos sociais	2.097	1.968
(-) Despesas de benefícios	1.273	1.307
(-) Despesas de treinamento	1	3
Total	10.550	10.178



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

b) Outras despesas administrativas

	2026	2025
	1º Semestre	1º Semestre
Despesas de serviços de terceiros (1)	28.740	16.269
Despesas de serviços técnicos especializados	937	5.447
Despesas de viagens	918	122
Despesas com promoções e relações públicas	686	477
Outras despesas administrativas	563	950
Despesas de serviços do sistema financeiro	200	686
Despesas de seguros	144	274
Despesas de processamento de dados	117	156
Total	32.305	24.381

(1) As despesas com serviços de terceiros são compostas basicamente por serviços na retomada de bens R\$ 26.150 (R\$ 13.970 em junho de 2025), SERASA no valor de R\$ 605 (R\$ 509 em junho de 2025) e outras R\$ 1.985 (R\$ 1.790 em junho de 2025).

c) Aprovisionamentos e ajustes patrimoniais

	2026	2025
	1º Semestre	1º Semestre
Licenças e direitos autorais e de uso	2.981	2.913
Despesas de amortização e depreciação	133	195
Total	3.114	3.108

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições pactuadas entre as partes (prazos de vencimento e taxas de remuneração) são assim resumidos:

30/06/2026			
Ativo	Receita	Passivo	Despesa
Subsídios a receber (a)	(59.231)	-	-
DAF Caminhões Brasil Indústria Ltda.	(59.231)	-	-
Operações de empréstimos (b)	-	(3.479.568)	213.600
PACCAR Financial Inc.	-	(3.291.560)	203.362
PACCAR Financial México S.A.	-	(188.008)	10.238
Depósitos a prazo (c)	-	(267.776)	19.871
DAF Caminhões Brasil Indústria Ltda.	-	(211.544)	16.426
PACCAR Participações Ltda.	-	(56.232)	3.445
Operações a liquidar	-	(188.134)	-
DAF Caminhões Brasil Indústria Ltda.	-	(188.134)	-
Serviços prestados	35	(217)	712
DAF Caminhões Brasil Indústria Ltda.	35	(217)	712
31/12/2025			
Ativo	Receita	Passivo	Despesa
Subsídios a receber (a)	(106.784)	-	-
DAF Caminhões Brasil Indústria Ltda.	(106.784)	-	-
Operações de empréstimos (b)	-	(3.768.794)	439.726
PACCAR Financial Inc.	-	(3.580.699)	419.080
PACCAR Financial México S.A.	-	(188.095)	20.646
Depósitos a prazo (c)	-	(254.120)	65.663
DAF Caminhões Brasil Indústria Ltda.	-	(251.700)	62.695
PACCAR Participações Ltda.	-	(2.420)	2.968
Operações a liquidar	-	(147.611)	-
DAF Caminhões Brasil Indústria Ltda.	-	(147.611)	-
Serviços prestados	38	(371)	1.395
DAF Caminhões Brasil Indústria Ltda.	38	(371)	1.395

(1) Subsídios da DAF Caminhões Brasil Indústria Ltda. - referem-se à equalização de taxa de juros pelo período livre, conforme contrato para operações de *Floorplan*.

(2) Referem-se contratos de empréstimos firmados com a entidade relacionada PACCAR Financial Inc. e PACCAR Financial México S.A.

(3) Referem-se a depósitos a prazo atrelado ao CDB.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)****15. REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO**

Os benefícios de curto prazo são compostos pela remuneração fixa para cada semestre, bem como pela remuneração variável, provisionada e paga em cada semestre, e totalizaram R\$ 1.499 (R\$ 2.079 em junho de 2025), registradas em outras despesas operacionais.

O Banco não proporciona benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração. No período relativo às demonstrações financeiras não foram concedidos financiamentos, empréstimos ou adiantamentos a Diretores, respectivos cônjuges e parentes até 2º grau.

16. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

O Banco PACCAR faz a gestão dos riscos a que está exposto e de seu capital, pois entende que a continuidade dos seus negócios, em longo prazo, e a manutenção da qualidade de seus ativos são diretamente influenciados pelo adequado processo de gestão desses riscos e de seu capital.

Os processos de gestão integrada de riscos e gerenciamento de capital estão desenhados em conformidade com as normas do BACEN e adequados para assegurar a conformidade com os apetites definidos na RAS – Declaração de Apetite por Riscos do Banco.

O capital do Banco continua mais do que adequado às necessidades de negócios e de requerimento regulatório, apresentando um índice de Basileia de 35,74%.

As estruturas de Gerenciamento de Riscos e Gestão de Capital atuam em linha com as estratégias do Banco e seu modelo de negócios, sendo compatíveis com a natureza das operações, a complexidade de seus produtos e diretrizes de exposição a riscos, atendendo às regulamentações vigentes, principalmente as Resoluções nº 4.557/17, nº 4.745/19, nº 4.943/21, nº 5.077/23 do CMN e Resolução nº 54/20 do BACEN.

Risco de Crédito – O gerenciamento do risco de crédito é realizado através do monitoramento dos indicadores relativos às carteiras de crédito do Banco PACCAR S.A. e eventos, internos ou externos, que possam trazer impactos significativos ao gerenciamento deste risco. Essas ações visam garantir o andamento das operações, de acordo com o planejamento, estratégia e apetite a riscos da Instituição.

Risco de Mercado e IRRBB – O gerenciamento do risco de mercado e IRRBB é realizado através de indicadores e reportes, que têm como subsídio informações internas e de mercado, a fim de mitigar a ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições, ativas e passivas, detidas pelo Banco PACCAR S.A., incluindo o risco do impacto de movimentos adversos na taxa de juros da carteira bancária da Instituição.

Risco de Liquidez – O Banco PACCAR S.A. gere sua liquidez para garantir a manutenção de recursos com liquidez imediata, conforme apetite definido na RAS e visando reduzir a probabilidade de ocorrência de perdas relacionadas a esse risco.

Risco Operacional – O gerenciamento do risco operacional do Banco PACCAR S.A. visa mitigar perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos, pessoas e sistemas, além do risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros, decorrentes das atividades da Instituição.

Riscos Social, Ambiental e Climático – Com o objetivo elencar as diretrizes que norteiam as ações e que devem ser observadas na comercialização dos produtos e serviços do Banco PACCAR S.A., bem como na contratação com fornecedores, o Banco utiliza políticas e procedimentos para monitorar e mitigar os riscos sociais, ambientais e climáticos aos quais está exposto, atentando-se ao monitoramento da concessão de crédito, análise de produtos e serviços, gerenciamento das atividades e monitoramento da relação com funcionários e fornecedores, convergente às diretrizes da Resolução BCB nº 4.945/21.

Gerenciamento de Capital – A Gestão de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pelo Banco PACCAR S.A., a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos aos quais esteja sujeito e o planejamento das necessidades futuras de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

A complexidade do processo é compatível com a natureza das operações, dimensão de sua exposição a riscos e complexidade dos produtos e serviços oferecidos pela Instituição, visando manter o capital do Banco nos níveis definidos na RAS e de acordo com a regulamentação em vigor.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 30 DE JUNHO DE 2026 E 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A gestão do capital é realizada pela Banco PACCAR S.A. de forma integrada a gestão de riscos, pela diretoria de Riscos, sob a governança do Comitê de "Governança, Riscos e Compliance", em atendimento à Resolução nº 4.557/17 e demais regulamentações emitidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN, observando-se:

Requerimentos quanto à estrutura para gerenciamento;

Exigibilidades de cálculo do RWA – Ativos ponderados por risco, sendo utilizados os cálculos padrões definidos para cada risco envolvido;

Apuração do PRE – Patrimônio de Referência Exigido, em conformidade com a regulamentação vigente; e

Acompanhamento quanto ao IB – Índice de Basileia mínimo exigido pelo BACEN e respectivo índice de Basileia do Banco.

O acompanhamento quanto às necessidades de capital, e o capital disponível total e por tipo de riscos ocorre mensalmente, sendo reportado ao comitê de Governança, Riscos e Compliance.

Abaixo demonstramos as variações ocorridas nas informações sobre o capital do Banco.

	30/06/2026	31/12/2025
Patrimônio de referência	2.898.599	2.878.481
Nível I	2.898.599	2.878.481
Patrimônio líquido	2.899.042	2.878.974
Ajustes prudenciais	(443)	(493)

Ativos ponderados pelo risco – RWA

	30/06/2026	31/12/2025
RWA	8.110.110	8.314.290
RWA _{CPAD}	7.633.810	7.941.170
RWA _{OPAD}	476.300	370.743
RWA _{MPAD}	-	2.377

Índices de Basileia

	30/06/2026	31/12/2025
Índice de Basileia	35,74%	34,62%
Índice de Basileia expandido	35,21%	33,76%

Análise de Sensibilidade – Consiste em aplicar Recuperação Judicial (30%) nos clientes de forma decrescente, com base no saldo devedor, considerando o impacto da diferença entre a provisão constituída e a provisão projetada no teste no capital da Instituição até o ponto de quebra, onde haveria a necessidade de capital. Adicionalmente é realizada análise da margem de provisão disponível até a necessidade de capital.

17. COMPOSIÇÃO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Movimentações da reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos

	2026	2025
Saldo da reserva do valor	-	7.449
Efeitos de impostos diferidos	-	(3.351)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	4.097

No semestre findo 30 de junho de 2026, o Banco não possui reservas do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos. As operações de Swap foram liquidadas em maio de 2026.

18. PASSIVOS CONTINGENTES

Em 30 de junho de 2026, o Banco possui ações classificadas pelos assessores jurídicos e pela Administração como risco de perda possível no montante de R\$ 10.626 mil (R\$ 141 mil em dezembro de 2025) e ações prováveis no montante de R\$ 130 (R\$ 1 em 2025).

19. EVENTOS SUBSEQUENTES

O Banco PACCAR S.A. não registrou eventos subsequentes até a emissão do parecer.

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EM 25 DE AGOSTO DE 2026

JOSÉ REINALDO FERRAZ ITO
Diretor Geral

ALESSANDRA BRITO FUJIOKA
Diretora Financeira

CONTADORA

LIZIANI PARASKY
CRC-PR060516/O-5

NEUDO PESSOA DE MELLO JÚNIOR
Diretor de Riscos

GUSTAVO COSTENARO
Diretor de Vendas

FÁBIO MOREIRA
Diretor de Crédito



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do,
Banco PACCAR S.A.
Ponta Grossa - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco PACCAR S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco PACCAR S.A. em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de agosto de 2026.